

O Nacionalismo e a construção da identidade cívica e simbolismo da Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Viviane Regina CALIKEVSTZ*

Leonel Brizolla MONASTIRSKY**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo promover uma discussão sobre a construção do nacionalismo brasileiro por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), categoria de soldados que lutou na 2ª Guerra Mundial, com o intuito de mostrar como esse grupo se constituiu enquanto uma comunidade imaginada, com uma representatividade simbólica presente em monumentos urbanos e no imaginário coletivo de uma parcela da sociedade que se identifica com a memória nacional da FEB. Metodologicamente a identificação do patrimônio militar se dá em escala nacional e demonstra resistência frente ao esquecimento e ao descaso por meio da memória dessa categoria.

Palavras-chave: Comunidade imaginada da FEB. Nacionalismo. Monumentos da FEB.

Nationalism through the Construction of Civic Identity and Symbolism of the Brazilian Expeditionary Force (FEB)

Abstract: The article aims to discuss the construction of Brazilian nationalism through the Brazilian Expeditionary Force (FEB), a category of soldiers who fought in World War II. It describes how this group constituted itself as an imagined community, with symbolic representation in urban monuments and in the collective imagination of a portion of the society, which identifies with the national memory of the FEB. Methodologically, identification of military patrimony occurs on a nationwide scale and holds resistance to forgetfulness and neglect through the memory of this category.

Keywords: FEB imagined community. Nationalism. FEB monuments

* Professora Doutora - Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) - Rio do Sul, Brasil. Rod. BR 470, Km 140, 5252 - Bairro: Barra Itoupava - CEP 89162-560 | Campus Rio do Sul | Rio do Sul – SC.

** Professor Doutor - Departamento de Geografia e efetivo do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Brasil. Campus Uvaranas - CIPP sala LP – 111. Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - CEP: 84.030-900 - Ponta Grossa - PR

Introdução

“As sociedades humanas são construções culturais [...]”, ao afirmar isso Claval (2001, p. 109) defende que, enquanto uma instituição formada por códigos e divisões hierárquicas, os grupos sociais ligam-se por uma complexa rede de relações. A comunidade social é construída por meio da coesão, ou seja, um sentimento em que os indivíduos sintam-se pertencentes, responsáveis e solidários a um mesmo grupo. “A comunidade serve de modelo [...] a toda uma série de unidades sociais e culturais: um pequeno grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua [...]. e uma base territorial [...]” (CLAVAL, 2001, p. 114). Para o autor, em todas as formas de sociedade a ação de transmitir valores e conhecimentos transforma-se no processo de formação cultural dessa sociedade.

Para que haja uma coesão, primordial no processo de transmissão da cultura, os grupos sociais precisam manter alguns elementos primordiais à sobrevivência de seus membros: “[...] alimentos, bens materiais, [...] ordem, a paz civil, a e segurança [...]. Ela deve corresponder às aspirações espirituais [...] e a permanência de suas instituições.” (CLAVAL, 2001, p. 123). Por ser uma construção da realidade sempre em movimento, cada indivíduo ligado a um grupo, luta para projetar no futuro, por meio de suas ações, aspirações melhores das que se apresentam no presente. “As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer.” (CLAVAL, 2001, p. 13). A isso, Gomes (2011, p. 32) afirma que, se há algo generalizador nas sociedades, é justamente a “[...] capacidade de atribuir valores as coisas, mas o sentido, a direção e a amplitude desta atribuição são sempre relativos e particulares a cada período e a cada cultura.” A cultura apresenta-se como a marca na paisagem, sendo o único documento-chave que subsiste para as sociedades (CLAVAL 2001, p. 14).

Dessa forma, a cultura estabelece-se com base nas relações sociais historicamente herdadas. E, por compreender uma dimensão da sociedade, apresenta-se também como objeto de análise científica. As variações ocorridas nos modos de vida de diferentes povos e nações tornaram-se um dos elementos fundamentais na busca pela compreensão cultural. Entendê-las é uma forma de identificar as transformações sofridas pelas sociedades contemporâneas, visto que “O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la.” (SANTOS, 1987, p. 7).

Criado nas/para as práticas sociais, o nacionalismo surge enquanto uma tradição inventada, construído por ideologias enquanto conjunto de práticas, reguladas por regras impostas (geralmente pelo Estado) ou desenvolvidas livremente pelos grupos sociais. São

práticas de natureza ritualística e simbólicas, que buscam “inculcar” valores e normas de comportamento por meio de repetições automáticas, criando uma continuidade do passado para o presente (HOBSBAWM, 1997, p. 9). Dessa forma,

A invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. [...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. (HOBSBAWM, 1997, p. 12).

As mudanças e adaptações de novas tradições surgem quando os velhos costumes caem em desuso ou não se adaptam às novas configurações. Há no cenário das tradições inventadas uma estratigrafia de velhos e novos costumes. “Existem tradições no novo e novidades no tradicional.” (GOMES, 2011, p. 29).

Tradições e costumes são tratados de forma diferentes por Hobsbawm (1997, p. 10), o qual aponta que tradições são fixas e invariáveis no tempo, ou seja, são práticas sociais repetitivas, forjadas formal e ideologicamente num determinado período do passado, reproduzidas quase sem questionamentos pelos membros dos grupos sociais. Ao passo que os costumes, especialmente nas sociedades tradicionais, funcionam como motor e volante de práticas sociais, podendo mudar e ser mudados segundo as necessidades dos grupos. A variabilidade desse último gera modificações na estrutura das tradições, visto que ela está diretamente ligada a ele. Em contrapartida, o esquecimento das velhas tradições é comum e esperado em sociedades menos tradicionais, em que o passado torna-se cada vez menos importante como modelo de comportamento social. Contudo, para o autor, isso não cabe às tradições públicas, a exemplo das forças armadas, em que afirma que

A bandeira nacional, o hino nacional e as armas nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação. (HOBSBAWM, 1997, p. 19).

Para o autor, uma questão comum no jogo das tradições inventadas, diz respeito à negação das tradições em favor das inovações, as quais foram trazidas do século XIX e causaram o enfraquecimento e um vácuo na estrutura simbólica das tradições inventadas, dando lugar a novas construções tradicionais. Com o advento da Revolução Industrial, Hobsbawm (1997, p. 17) aponta três categorias superpostas de tradições inventadas: a primeira inclui as que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; a segunda corresponde às

que estabelecem ou legitimam instituições *status* ou relações de poder; e a terceira abarca aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Hobsbawm (1997, p. 279) ainda aponta três novidades europeias para a criação das tradições inventadas: a primeira diz respeito à educação primária, constituída por princípios e conteúdos revolucionários, que buscavam transformar os camponeses em franceses e esses em bons republicanos. A segunda está relacionada à invenção das cerimônias públicas, em que qualquer pessoa poderia fazer parte da festa, mesmo que somente como espectador. A terceira diz respeito à produção em massa de monumentos públicos simbólicos, os quais se espalharam pelos territórios onde o nacionalismo se fez presente. Ao chamar de efeito “estatuomania”, o autor afirma que essa produção se deu no período de pós Primeira Guerra Mundial, com dois tipos de monumentos públicos: a “[...] a imagem da República (na pessoa de Marianne [...]), e as figuras civis barbadas daqueles que o patriotismo local escolhia para reverenciar, fossem vivos ou mortos.” (HOBBSAWM, 1997, p. 280).

Ao pontuar a segunda metade do século XIX até o período entre guerras como o ápice do fenômeno da “invenção das tradições” na Europa, Hobsbawm (1997, p. 312) coloca que esse período foi de grandes mudanças nas estruturas sociais (indústrias, ferrovia, indústria bélica, etc.), levando a um divisor das novas e velhas tradições. Como já mencionado, o efeito alegórico de construção de monumentos simbólicos em espaços públicos, os discursos, as cerimônias e os desfiles nas ruas com objetivos oficiais foram perpetuados e disseminados pelo território Europeu. Em resumo, “[...] Para ser um verdadeiro símbolo, [...], devemos aparecer com frequência e com entusiasmo.” (HOBBSAWM, 1997, p. 129). Além disso, “[...] as obras de arte como as estátuas são por definição estática, seu significado só se altera com o tempo devido à modificação no contexto. Porém, no caso do ritual e do cerimonial, a própria execução é elástica e dinâmica.” (HOBBSAWM, 1997, p.116).

Ainda nesse período surge o fenômeno do espetáculo de massa com a construção de estádios de futebol, os quais reuniam uma grande parcela da população que, motivada pelas emoções construía espontaneamente a tão esperada coesão social, elemento de base de qualquer tradição inventada. Ligado a outros elementos já cristalizados na estrutura nacionalista, o autor aponta que, em se tratando de tradições, essas podem ser oficiais e não oficiais, ou seja, enquanto a primeira é criada ideologicamente por ações políticas e conscientemente usada como ferramenta de manipulação social, as tradições não oficiais são construídas e reproduzidas socialmente, e mesmo sendo políticas, acabam assumindo

ao longo do tempo novas formas de desenvolvimento segundo as necessidades dos grupos sociais envolvidos, muitas vezes fugindo do controle ideológico nacionalista.

Discordando do posicionamento de Hobsbawm (1997), ao defender não ser possível uma definição científica para o fenômeno de nação, Anderson (2008) concebe a formação das nacionalidades enquanto comunidades políticas imaginadas, simbolicamente inventadas, por despertar sentidos nos indivíduos que as veem como “[...] objetos de desejos e projeções.” (ANDERSON, 2008, p. 10). E por serem imaginadas, o autor desmistifica a ideia de nacionalidades verdadeiras, mostrando que essas apresentam três aspectos principais: são *limitadas*, por apresentarem fronteiras finitas, já que além desses limites existem outras nações, ou seja, outras comunidades imaginadas; são *soberanas*, por terem suas raízes no Iluminismo e nas revoluções que destruíram os reinos dinásticos; e são *imaginadas* porque mesmo diante do fato de que os membros de uma determinada nação não tenham contato entre si, esses sabem que estão unidos por elementos simbólicos de camaradagem, os quais camuflam a hierarquia social em relações horizontais, criando um “nós coletivo”, um apego às suas imaginações e uma capacidade de morrerem por suas invenções (ANDERSON, 2008, p. 14). Logo, por serem fenômenos culturais, as comunidades se distinguem umas das outras pela forma como são imaginadas.

A morte, eis o momento apontado por Anderson (2008, p. 78) como o surgimento do nacionalismo. Não a morte em si, mas o desgaste de antigos sistemas sociais que aos poucos deixaram de fazer sentido aos grupos sociais. Desses desgastes, o autor aponta as principais consequências para o surgimento das comunidades imaginadas: gradativa substituição do Latim (transformação e declínio) por outras línguas, juntamente com a perda de poder da instituição católica, dando espaço para o surgimento do movimento da Reforma. O movimento protestante ao juntar-se com o capitalismo editorial em ascensão na Europa gera o crescimento e a expansão das gráficas, onde a impressão de obras de fácil acesso à massa, os chamados “vernáculos administrativos”, leva os diferentes grupos sociais com dialetos diversificados a entender-se por intermédio de uma língua comum e unificadora. Orwig (2016, p. 35) afirma que, mesmo um século antes da Reforma Protestante, a criatividade e a visão de Johannes Gutenberg, inventor da prensa tipográfica, transforma a visão do conhecimento e produz uma fluidez de informação nunca vista até então, transformando o mundo:

John era ambicioso, mas carente de recursos. Investidores tinham-no ajudado a criar “espelhos sagrados” para os romeiros comprarem. Quando o espelho era considerado uma relíquia religiosa, suspostamente capturava e refletia a glória de Deus. O mercado alvo era a multidão de peregrinos que estava para chegar. Infelizmente, uma inundação postergou a peregrinação para o ano seguinte. John ficou submerso no estoque de espelhos e em

dívidas. Os investidores ficaram muito aborrecidos. Felizmente, a pressão financeira não esmagou o espírito, mas acendeu nele a centelha criativa. John vivia numa região vinícola e conhecia o processo de transformar uvas em vinho. Adquiriu uma antiga prensa usada para espremer aquelas frutas e, com algumas modificações, transformou-a em uma máquina de imprimir palavras. Segundo palavras do próprio Gutenberg: “Sim, é uma prensa de uvas, mas uma prensa que jorrará um fluxo inesgotável de bebida mais abundante e maravilhosa jamais vista para saciar a sede dos homens! Com ela, Deus espalhará sua palavra. Uma fonte de verdade fluíra dela: como uma nova estrela, espalhará a escuridão da ignorância e fará brilhar uma luz até agora desconhecida”. (ORWIG, 2016, p. 35).

Percebesse, assim, que “[...] desde o começo, a nação foi concedida na língua e não no sangue [...]” (ANDERSON, 2008, p. 204). O processo de disseminação da palavra pela impressão gera uma tomada de consciência social em escala quantitativa, já que as pessoas descobrem que milhares de outros indivíduos falam e entendem a mesma língua que elas. Tem-se aí, a construção de uma consciência coletiva. A conjuntura da expansão do capitalismo editorial com suas técnicas de impressão e a diversidade linguística foram na sua origem processos inconscientes, segundo Anderson (2008, p. 81), mas ao se estabelecerem enquanto padrões das instituições públicas, sua utilização como ferramenta de formação das comunidades nacionais foi acatada com unanimidade.

A narrativa e o discurso na forma de jornais e os romances são os principais produtos apontados pelo autor como ferramentas nacionalistas do século XVIII. Assim como Hall (2006, p. 50) aponta que “[...] uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto novas ações quanto a concepção que temos de nos mesmos.” ou ainda Candau (2014, p. 117), ao afirmar que “[...] não há identidade coletiva e pessoal que possa se forjar sem recurso à escrita.”, Anderson (2008, p. 55) pauta suas fichas na defesa dessas ferramentas, afirmando que tanto os jornais (vistos nesse período como livros populares, vendidos diariamente) como os romances criam uma narrativa de diferentes elementos e fatos sociais, construindo no coletivo um condicionante, no qual os leitores, mesmo não conhecendo as personagens reais ou fictícias desses produtos, são condicionados a vê-los interligados. O vínculo dado a esses elementos é construído pelo imaginário. Ler o jornal é uma cerimônia repetida por milhares de pessoas, sem contato, mas com data e horário marcado (no caso, todo dia pela manhã). Essa atividade repetitiva vai tornando-se comum a todos, criando uma “contínua e silenciosa realidade”, a qual vai despertando uma confiança no anonimato da coletividade, dando origem à característica primordial das comunidades imaginadas. (ANDERSON, 2008, p. 70).

Agregado a esses elementos, tem-se finalmente os mapas, o censo e os museus, como instituições catalizadoras da formação das comunidades. Assim o autor argumenta:

Juntos, eles conformaram profundamente a maneira como o Estado imaginava seu domínio, a natureza dos seres por ele governados e a geografia de seu território (e, portanto, a legitimidade em relação ao passado). Juntos, também, eles criaram realidades unificadas, por mais distintas que fossem; categorias raciais claras em territórios onde os grupos se misturavam e fundiam; histórias sequenciais e lógicas; mapas e fronteiras fixas. Os censos, mais que espelhar, construíram realidades claras e rígidas, permitindo prever políticas para essas populações devidamente imaginadas. Os mapas estabeleceram limites, demarcaram espaços e constituíram um novo discurso cartográfico capaz de comprovar a vetustez das unidades territoriais. Por fim, não se pode descuidar da importância da imaginação museológica e dos serviços arqueológicos coloniais que se conformaram como instituições de poder e de prestígio. Edifícios viraram monumentos, e histórias particulares foram consagradas como nacionais. (ANDERSON, 2008, p. 15).

Nesse mesmo viés, percebe-se que nada legitima mais a história e o passado de um grupo que seu patrimônio organizado e exposto, em que o museu e a imaginação são os poderes catalisadores de criação de comunidades imaginadas e uma ferramenta política, que já no século XIX tornaram-se instituições de poder e prestígio, com a contratação de profissionais e funcionários ligados especialmente à arte do restauro de imponentes monumentos, os quais mostravam o poder histórico da nação ao qual pertenciam. A isso, Candau (2014, p. 161) mostra que a “[...] exemplo dos museus locais, esse soa uma tentativa de criação de uma identidade coletiva regional pela encenação do passado no presente.” Ainda em Anderson (2008, p. 250), as principais características dos museus orientais (analisados pelo autor) são estratégias criadas por meio de trabalhos técnicos, tais como: relatórios arqueológicos com registros fotográficos, livros ilustrados e luxuosos distribuídos à população, assim como a criação de selos postais, os quais foram aos poucos cristalizando os símbolos nacionais enquanto pertencentes a todos.

Como principal símbolo nacional, ligado ao patrimônio e aos museus, está o monumento, enquanto representante do poder, da grandeza e da beleza dos feitos do Estado, entendidos assim já na Europa, desde o século XVII (CHOAY, 2001, p. 18). O monumento tem a função de trazer significados e lembranças de algo. Sua essência é sua natureza afetiva. Seu objetivo é tocar pela emoção e pela memória viva. A ação do monumento sobre a memória leva aqueles que com ele se identificam a lembrar ou reconhecer o passado, como se esse ainda fosse o presente. Assim,

Esse passado convoca, invoca, de certa forma encantado, não é um passado qualquer, ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que, de forma direta, contribui para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. [...] O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele

constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. (CHOAY, 2001, p. 18).

Segundo afirmação da autora, enquanto estratégias do Estado na busca de sistematização da herança nacional, optou-se por organizar em categorias todos os patrimônios materiais¹, em seguida, inventariar esses acervos e organizá-los na forma de escolhas, para assim, serem colocados em espaços para visitação pública, denominados posteriormente de museus, já que até esse período, os espaços destinados a essa função eram tidos como depósitos de instrumentos da nação. Com coleções de feitos nacionais, esses espaços ensinariam “civismo e história” à população, assim como competência artística e técnica. Contudo, esses espaços, padeceram diante de uma exigência de profissionais competentes para sua organização e administração. Além disso, Choay (2001, p.101) coloca que, na Europa, a disseminação de obras impressas auxiliou o gradativo esquecimento e abandono desses espaços. Completando tal afirmação, Hall (2006, p. 48) defende que “[...] a importância dos monumentos e museus tornam-se grandes símbolos de agregação coletiva [...]”, concordando com Anderson (2001, p. 279), que afirma ser o patrimônio um dos principais condutores da criação simbólica nacional.

A esse respeito, Candau (2014, p. 161 e 162) defende que

As representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica conduz, muito facilmente, as tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na terra natal – o que é também aquele dos mortos – ou no território nacional. [...] a sensibilidade patrimonial se exacerbou ao mesmo tempo em que as sociedades conheceram uma mutação acelerada e temiam, portanto, pela perda e pelo esquecimento. (CANDAU, 2014, p.161 e 162).

Ao posicionar-se contra a ideia folclorista e fuga da realidade que os museus se apresentam, o autor defende que há certos momentos em que a sociedade tem necessidades de modelar o passado, por meio da gestão da memória, concordando com Nora ao citar sua frase “gestão do passado no presente” (CANDAU, 2014, p. 164). Essa característica é mais comum segundo ele, em sociedades que têm sua estrutura enraizada numa identidade nacional, ligadas, sobretudo, a grandes marcos históricos. Ao citar Hobsbawm, Candau (2014, p. 184) completa sua defesa ao afirmar que:

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais um grupo como suporte [...] quando ela se dispersa em alguns espíritos individuais, perdidos nas sociedades novas nas quais esses fatos não interessam mais porque são decididamente exteriores a elas (CANDAU, 2014, p. 184).

Nesse processo, há o risco do desaparecimento da memória, ficando somente uma história construída e contada. Assim, o autor se posiciona sobre essas mudanças afirmando que, as mutações das memórias e identidades coletivas estão sendo diluídas por processos pós-modernos com a erudição do virtual. Contudo, confrontando o posicionamento de Candau, observam-se tendências nos chamados museus virtuais, os quais além de possuírem os já conhecidos objetivos de valorização da memória social, possibilitam maior número de público e maior acessibilidade, visto que as barreiras geográficas caem por terra, com o uso da *internet* e de diversos dispositivos de acesso, criando um novo embate entre as velhas estruturas de preservação (físicas e ideológicas – museus, leis, normas) e as novas formas de preservação e disseminação das heranças culturais,

Ainda sobre as identidades, levando-se em conta que essas estão profundamente envolvidas no processo de representação, Hall (2006) levanta questões acerca das identidades nacionais diante do processo de globalização. A princípio, a sociedade define-se segundo suas etnias, pois para afirmar-se enquanto ser social, o indivíduo precisa, antes de tudo, pertencer a algo. Esse algo é apresentado pelo autor como a identidade nacional, enquanto processos simbólicos que são formados e transformados nas representações sociais, sem a qual o indivíduo não pode se sentir vivo e “real”. Hall (2006, p. 49) debruça-se em argumentos sobre a nação, afirmando que ela não se apresenta somente enquanto uma entidade política, mas ela tem o poder de produzir “sentidos” (enquanto sistema de representação cultural). Os sujeitos necessitam pertencer a uma sociedade, seja qual for a escala, pois somente por meio de uma identidade nacional, o sujeito se formará e se transformará, no que Hall (2006, p. 47) aponta como “interior das representações”. Assim, nação não é somente uma entidade política, ela é algo que produz sentidos aos membros dos grupos, enquanto sistema de representações culturais – é um discurso que cria uma comunidade imaginada.

Ao discutir as ideias nacionalistas de Hobsbawm (1997) e Anderson (2008), Hall (2006, p. 49) coloca que elas devem ser compreendidas por meio de cinco elementos formadores de identidade, presentes na gênese de qualquer comunidade nacional: o primeiro elemento de formação da identidade nacional é a criação de padrão generalizador de uma língua, isto é, a “narrativa da nação” (HALL, 2006, p. 52). Essa narrativa leva a uma dominação da comunicação, criando uma homogeneidade nos sistemas culturais, que serão reproduzidos pelos próprios agentes envolvidos no processo², dotados de símbolos e representações. Assim, tudo que é transmitido pelos meios de comunicação, fornece material significativo para compor uma representação da realidade do grupo social em questão. São as narrativas, enquanto unificadoras da nação (ANDERSON, 2008, p. 13), que

selam as ligações entre os membros e formam a comunidade, num processo de materialização das histórias, contadas e registradas em jornais e literatura, compondo assim, os estereótipos fundadores da nação:

[...] estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, simbólicos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação (...) essas coisas formam uma trama que nos prende invisivelmente ao passado. (HALL, 2006, p. 52).

As culturas nacionais ao produzirem sentido sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2006, p. 51).

Os elementos simbólicos ligados a uma comunidade ganham representação quando materializam-se na forma de discursos, rituais ou símbolos. Para Anderson (2008, p. 203), existe apenas um tipo específico de símbolo ligado às comunidades contemporâneas que apenas a língua é capaz de sugerir na forma de poema e canções: os hinos nacionais, pois há nesses cantos uma experiência de simultaneidade, onde, no mesmo tempo histórico, pessoas desconhecidas pronunciam os mesmos versos e a mesma música, criando uma ligação imaginária. No processo de incorporação do imaginário coletivo brasileiro, Carvalho (1990, p. 11) aponta que “[...] os traços de heroísmo, de virtudes cívicas, oferecidos aos olhos do povo, eletrificam suas almas e fazem surgir as paixões da glória da devoção à felicidade de seu país. [...]”

Outro símbolo que se apresenta unânime nas discussões desses autores, quando se discute a formação das comunidades imaginárias nacionais, é o culto à morte. Para Anderson (2008, p. 35)

Não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna nacionalista do que os cenotáfios e túmulos dos soldados desconhecidos. O respeito a cerimônias públicas em que se reverenciam esses monumentos, justamente porque estão vazios ou porque ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro no passado. [...] dentro deles estão carregados de imagens nacionais espectrais. (ANDERSON, 2008, p. 35).

Se no jogo da construção da memória nacional certas feridas são consideradas perigosas para a identidade coletiva, o apelo à morte tende a estruturar a história de qualquer nação, pois “[...] o sofrimento em comum une mais que a alegria, [...]” (CANDAU, 2014, p. 151). A isso Candau (2014, p. 166) defende que as medalhas com nomes de

soldados mortos estabelecem uma comunidade simbólica entre passado e futuro. Ou, como afirma Anderson (2008, p. 280),

As mortes que importam são aquelas miríades de fatos anônimos, que, somados e tabulados em índices médios de mortalidade por século, lhe permitem mapear as condições de vida (de lenta transformação) para milhões de pessoas anônimas cuja nacionalidade seria a última coisa a ser perguntada. (ANDERSON, 2008, p. 280).

Dessa forma, ao realizar a citação e exaltação do herói, nunca se revela seu nome. Suas ações são o cerne da construção imaginária. Dar nome a um herói é criar indivíduos, e isso vai contra a ideia de coesão nacional. A figura do herói acompanhada do “pronome” nosso, constituiu uma das principais características de comunidade imaginada. A identificação literária com o herói sem nome denota uma identificação com o herói de todos (ANDERSON, 2008, p. 64). O herói morto transforma-se em mito.

Enquanto uma construção simbólica, o mito apresenta-se como um discurso narrativo (GOMES, 2011, p. 49), um encadeamento de símbolos que tem a função de estabelecer uma comunicação coletiva, ligando a imaginação à realidade de qualquer grupo social. Para Miceli (1991), um herói é um mito, aliás, mais que isso, ele é uma pessoa especial. Forjado no imaginário coletivo e seu tempo de duração dependerá do jogo político que o forjou com o jogo da memória coletiva que o aceitou. Carvalho (1990, p. 10) defende que “[...] um herói construído tende a dizer menos sobre si mesmo, do que sobre a sociedade que o forjou.” No jogo de construção coletivo nacional, ele afirma que

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, seus inimigos, e organizam seu passado, presente e futuro [...] o imaginário social é construído e se expressa por ideologias e utopias, mas também, por símbolos, alegrias, rituais, mitos. Esse, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, torna-se elementos poderosos de projeção de interesse, aspirações e medo coletivo. (CARVALHO, 1990, p. 10).

Para o autor, esse movimento de manipulação do imaginário social é de extrema importância em momentos de mudanças políticas e sociais, e em momentos que as identidades coletivas tendem a se redefinir. No processo de construção coletiva do imaginário nacional brasileiro, Chauí (2000, p. 7) coloca que as representações construídas desde 1500 levaram a população a “[...] crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo [...]”. Essas representações se apresentam como mito, pois nunca cessam suas manifestações, conservando-se permanentes no imaginário coletivo. A isso a

autora afirma que a construção desse mito não é somente etnológica (narrativa pública), mas é também antropológica e psicanalítica, onde as narrativas são a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições, onde o imaginário se constrói pelo impulso da repetição, criando um bloqueio à percepção da realidade (CHAUÍ, 2000, p. 9). Assim, olha-se para a própria construção imaginária social sem se dar conta de que ela foi forjada por princípios político-ideológicos, os quais, por sua vez, alimentam-se das representações reproduzidas pela sociedade. Por esse motivo, o mito pode repetir-se indefinidamente.

Os elementos de construção das representações são chamados pela autora de “semióforos”, ou seja, signos fecundados na sociedade, medidos não pela sua materialidade, mas pela sua força simbólica – sua representatividade. A esses signos pode-se citar os exemplos: relíquias heroicas, monumentos, patrimônio celebratório, símbolos nacionais, rituais cívicos, nos quais as chefias ligadas à nação (Poder militar) são as detentoras desses “semióforos”. Baseado no tripé religioso, político e econômico, surgem como um reflexo da disputa de poder e prestígio, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico e geográfico enquanto bem nacional. O patrimônio nacional tem por finalidade de disputa, impor seu poder político a duas dimensões: ao religioso por meio de seus “semióforos” ligados à crença, e ao econômico, ligado ao patrimônio privado (CHAUÍ, 2000, p. 14). A isso, Choay (2001, p. 11) defende que o patrimônio é “[...] uma instituição e uma mentalidade.”

Enquanto símbolos dessa construção, o Hino Nacional e a Bandeira são os elementos representativos mais fortes. Tanto Choay (2001) como Carvalho (1990, p. 109), afirmam que, em se tratando do Brasil, a criação e a escolha desses dois símbolos foram uma verdadeira batalha ideológica-política, que representam a figura do herói e o mito de origem nacional, os quais procuram estabelecer uma versão dos fatos reais e imaginados, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. Logo, enquanto símbolos de uso obrigatório teriam que ser estabelecidos pela legislação, assim, a bandeira, representando o cenário agrícola e a exuberância natural do território foi forjada pelos positivistas. Com relação ao hino, o gosto popular deu a vitória a Joaquim Osório Duque Estrada e a Francisco Manuel da Silva, já que no concurso de escolha do hino, o ganhador Leopoldo Miguez não agradou à população, levando o governo de Deodoro da Fonseca a acatar a decisão popular, potencializando o processo de construção identitária nacional, por meio do apoio e da escolha da população.

A esse respeito, Chauí (2000, p. 16) faz uso da teoria de criação do Estado – Nação de Hobsbawm, para analisar o mito fundador do Brasil, dividindo esse processo em três fases: a primeira, entre 1830-1880, em que o princípio da nacionalidade é vinculado à nação e ao território e o discurso de formação desses vem da economia política-liberal, como

forma de criar uma religião cívica; a segunda corresponde ao período de 1880-1918, chamado pela autora de “ideia nacional”, enquanto um instrumento unificado da sociedade, por meio da articulação da língua, da religião e da raça; e a terceira fase, de 1918-1960, chamada de “questão nacional”, usada como articuladora de uma consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades partidárias, emanada dos partidos políticos e do Estado. Nesse sentido, Anderson (2008, p. 16) aponta alguns elementos simbólicos do Brasil, usados na produção da comunidade imaginada brasileira:

Esquecemos a instituição escravocrata, e exaltamos a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente de imagem de sua flora exuberante. Vale a pena lembrar, ainda, o milagre operado nos anos 1930, quando a mestiçagem de mácula se transforma na nossa mais profunda redenção. A partir de então, a capoeira e o candomblé virariam nacionais, do mesmo modo que o samba e o próprio futebol, o qual era destituído de sua identidade inglesa e se transformava – como em um passe de mágica – numa marca da brasilidade. (ANDERSON, 2008, p. 16).

A nação constrói tempos vazios e homogêneos, e as amnésias coletivas fazem parte desse jogo político. Comandado pela ideologia positivista, o processo de formação da identidade nacional brasileira se constitui na mitificação e no discurso de uma abertura e igualdade de classe, com ações pautadas em imagens, alegorias e símbolos. Esse processo aparece visivelmente no Brasil do século XVIII, na formação da República, apontado por Carvalho (1990, p. 10) como a “batalha pelo imaginário popular republicano”. Para esse autor o imaginário simbólico da nação brasileira foi copiado do modelo revolucionário francês e adaptado, através da arte e dos símbolos ao enredo brasileiro. Assim, ele afirma:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. [...] Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. (CARVALHO, 1990, p.10).

Assim, não bastava inventar um imaginário brasileiro e mostrar ao povo, era necessário que o povo o amasse e acreditasse que esse era “verdadeiro”. E nada melhor do que o estado sublime e inquestionável da arte para conduzir isso. Nos discursos da época, “[...] as artes deveriam inspirar-se em ideias grandiosas e úteis. Seu fim não era apenas encantar os olhos, mas, sobretudo, contribuir poderosamente para a educação pública penetrando nas almas [...]” (CARVALHO, 1990, p. 11).

Posteriormente, já no início do século XX, a ordem identitária nacional era a busca por uma miscigenação dos povos, a construção da imagem de uma sociedade homogênea,

disfarçando, assim, as diferenças sociais em todas as instâncias e reforçando a ilusão de igualdade e unidade. A identidade nacional foi construída no atraso e no subdesenvolvimento, em que se identifica as características que marcaram esse momento: a ausência de uma burguesia constituída que pudesse lutar contra a hegemonia das elites; ausência de uma classe operária madura e organizada; e a presença de uma classe média não definida, criando uma conjuntura cujas forças ideológicas não eram suficientes para posicionar-se contra as ideologias da hegemonia.

Como consequência, tem-se o movimento “verdeamarelismo” como um movimento da classe dominante na luta pela construção da imagem do Brasil, a qual foi feita por meio da representação das riquezas agrícola e naturais, disponíveis para a exploração mercantilista. A alienação de progresso estava associada diretamente à ideia de que o território brasileiro deveria estar ligado à metrópole europeia, mesmo que no papel de produtor agrícola e extrativista. As ideologias pautavam-se na crença de que o extenso território e a abundância de matéria-prima seriam suficientes para seu desenvolvimento, sem que competisse com os países centrais.

O “verdeamarelismo” desperta na nova burguesia a busca pela resolução da “questão nacional”, a qual passou a ver esse processo como atrasado e alienante do desenvolvimento econômico, cabendo a essa classe a tarefa de despertar a consciência nacional. Assim, o olhar se vira para o desenvolvimento do país, e as portas se abrem para os investimentos internacionais e o acolhimento das empresas multinacionais. Como características desse período, Chauí (2000, p. 40) aponta: a relação mecânica de conveniência entre as forças do território e as disposições nacionais; a demarcação de fronteiras e a relação do povo com o território, dando origem a uma nova personalidade nacional; a transformação dos valores objetivos do território em subjetivos da alma, criando uma nova personalidade nacional pelo Estado; uma fronteira ideal, no sentido de um território completo prometido ao povo pelo poder militar; a geopolítica com consciência de Estado aliado aos EUA que emana o sistema de alienação e conflito (período entre guerras que culminou com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, o qual, mesmo não tendo condições econômicas, técnicas e de pessoas, enviou milhares de soldados para lutar na Europa).

Passando para o período ditatorial de 1964, o movimento nacional apresenta novas tarefas de coesão, tais como a Integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional (CHAUÍ, 2000, p. 41). A forma de difusão desses novos ideais ocorreu por intermédio da educação nas escolas públicas: disciplina de Educação Moral e Cívica; Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos), como forma de criar mão de obra qualificada para as indústrias; criação de ações extencionistas ligadas às

instituições superiores de ensino (Projeto Rondon) e pela mídia de TV e rádio (Programa Amaral Neto, Televisão Educativa, Hora do Brasil). Assim, segundo Chauí (2001), a sociedade brasileira se construiu historicamente por meio de uma estratigrafia hierárquica, na qual nunca houve o reconhecimento dos sujeitos populares e nem de seus direitos. A divisão social é naturalizada por um arsenal de símbolos criado para a alienação e exploração em massa, a qual defende e festeja os signos que a escravizam historicamente.

O simbolismo da FEB no cenário brasileiro

O contexto da 2ª Guerra Mundial, para o Brasil e para o mundo, assim como o papel dos participantes desse episódio, se fazem presentes na memória de uma parcela da sociedade atual e apresenta elementos que são pilares para a identificação de elementos patrimoniais culturais, sejam eles: memórias e relatos, simbolismo social, forte representatividade, acervos particulares, reconhecimento de acervos em museus. Assim, a FEB constitui-se, enquanto uma comunidade inventada, com tradições próprias, fortemente ligadas ao processo nacionalista brasileiro, com representatividade presente em diferentes espaços de memória e ainda viva no imaginário coletivo de grupos sociais ligados ao período da 2ª Guerra Mundial.

Assim, “os ex-combatentes brasileiros deram prova de seu patriotismo”.³ Contudo, mesmo diante de sua representatividade social, as análises e pesquisas sobre a categoria da FEB constataam que o descaso, o abandono e o esquecimento são destacados como os principais elementos envolvendo a categoria. Oliveira (2011) apresenta estudos sobre o processo de reintegração social dos ex-combatentes de guerra no estado do Paraná, no qual questões de ordem social, política e de saúde física e mental são abordados, mostrando que o Estado direcionou pouca atenção a esse categoria. Além disso, o autor afirma que a temática específica de ex-combatentes de guerra, com foco no seu papel no pós-guerra, recebe pouca atenção acadêmica, ficando no plano das causas e efeitos dos conflitos. Oliveira (2011) constata, ainda, que a preocupação com essa categoria no pós-guerra transformou-se numa batalha em solo brasileiro, em que as dificuldades de assistência social enfrentadas por eles levaram milhares de ex-combatentes a mendigar por ajuda ao Estado, ao qual defenderam. A luta por reintegração social e direitos políticos e reconhecimento social também é tema de pesquisa de Silva (2012)⁴, na qual o autor aborda os espaços de memórias (museus) construídos em homenagem à participação brasileira na 2ª Guerra Mundial. Para o autor, a luta dos ex-combatentes se transformou em uma forte identidade social da categoria, denominada pelo autor de “Identidade Febiana”, especialmente durante as décadas de 1980 a 1990, quando várias conquistas foram

alcançadas: pensão, direito de participar em desfiles cívicos e inúmeras instituições de museus. O autor afirma que o movimento de reconhecimento social da categoria já havia iniciado em 1948, no Rio de Janeiro, com a construção da Associação Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil. Outras iniciativas de reconhecimento pelo país são levantadas pelo autor, mostrando que mesmo o Estado abandonando seus compatriotas, os movimentos sociais de reconhecimento não pararam no tempo, fortalecendo cada vez mais a “Identidade Febiana”, construída coletivamente até os dias atuais.

Nesse mesmo viés, destaca-se o trabalho de Rosenheck (2008)⁵ sobre a distribuição geográfica dos monumentos culturais pertencentes à Força Expedicionária Brasileira (FEB) nas “paisagens cívicas” das cidades. “Paisagem cívica” é uma tradução do termo inglês “*civicscape*” e foi criado a partir de “*cityscape*” (paisagem de um espaço urbano). A paisagem cívica significa as representações materiais e arquitetônicas materializadas no espaço, e podem ser encontradas em praticamente todas as cidades brasileiras. Justificando o estudo do imaginário coletivo brasileiro com relação à 2ª Guerra Mundial, Rosenheck (2008) afirma que a Paisagem cívica é “[...] um objeto a ser estudado, principalmente se considerarmos que a grande maioria dos pracinhas era gente humilde, proveniente das camadas mais pobres da população.”

Ao estudar a quantidade e distribuição dos monumentos que compõem a paisagem cívica das cidades brasileiras, Rosenheck (2008) mostra que a relação entre os soldados brasileiros mortos e os monumentos é de “[...] 451 soldados mortos para 192 monumentos, ou seja, três monumentos para cada sete mortos [...]”. Porém, a maioria dos monumentos brasileiros não comemora os soldados individualmente, dando-lhes nomes, com exceção de algumas cidades interioranas que expõem o busto de algum pracinha que lutou na guerra. O que Rosenheck (2008) observa é que, na maioria dos casos, a representatividade monumental da categoria no Brasil se dá de forma generalista, ou seja, não se nomeia os soldados mortos, mas lhes dá um título: “pracinha”, “ex-combatente”, “soldado”, “herói”. Tal afirmação reforça uma das principais características herdadas do nacionalismo – o culto aos mortos sem nome, a força que cria o elo da coletividade. Nesse estudo, o autor mostra que tanto os monumentos como os textos comemorativos revelam uma percepção local do episódio nacional, caracterizada por uma memória cívica da FEB. Além disso, os estudos demonstram fortes questionamentos sobre a historiografia original, o “esquecimento da FEB e a apropriação de sua memória pelo Exército”.

Nos quadros abaixo, Rosenheck (2008) mostra a distribuição dos monumentos e praças pelas regiões do país e, em especial, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, locais de maior concentração de monumentos ligados à categoria da FEB.

Estado	Monumentos	% dos Monumentos	Praças	% de Praças	Relação entre monumentos e praças
Norte	1	0,52%	372	1,57%	0,332
Nordeste	10	5,21%	2.945	12,43%	0,419
Centro-Oeste	3	1,56%	790	3,33%	0,469
Sudeste	135	70,31%	15.217	64,20%	1,095
Sul	43	22,40%	4.378	18,47%	1,212
Total	192	100%	23.702	100%	

Quadro1: Distribuição de monumentos e praças por regiões brasileiras

Fonte: Rosenheck, 2008.

Para Rosenheck (2008, p. 9), “[...] a geografia dos monumentos se concentra, fundamentalmente, nas regiões Sudeste e Sul, quase 93% [...]”, onde São Paulo tem a maior porcentagem de envio de soldado, contudo, “[...] o desequilíbrio é mais extremo no nível estadual do que no nível regional. [...]”.

Estado	Monumentos	% dos Monumentos	Praças	% de Praças	Relação entre monumentos e praças
Rio de Janeiro (DF)	2	1,04%	6.094	25,71%	0,041
Rio de Janeiro (interior do Estado)	18	9,38%	1.942	8,19%	1,144
Sao Paulo (Capital)	6	3,13%	1.000	4,22%	0,741
São Paulo (interior do Estado)	64	33,33%	2.889	12,19%	2,735

Quadro 2: Distribuição de monumentos e Expedicionários (sem oficiais) por capital e estados do RJ e SP

Fonte: Rosenheck, 2008.

No quadro apresentado por Rosenheck (2008), referente à relação entre os estados de SP e RJ, nota-se que a diferença é grande em se tratando das capitais e interiores. Para o autor, a explicação advém em dois vieses: primeiro, a época de construção desses monumentos refere-se ao período do “Estado Novo e a Getúlio Vargas”, um cenário em que a elite paulistana não apoiava a inserção do Brasil na 2ª Guerra Mundial, logo, à população não se identificava com o evento nacionalista que se criava sobre a categoria, não desenvolvendo, dessa forma, uma memória cívica paulistana; e segundo, o evento teve mais impacto nas populações das cidades interioranas, por questões de imaginário coletivo sobre a guerra, percepção de tempo e desenvolvimento de várias ordens (cultural, política,

econômica), diferenciando-se dos grandes centros urbanos, onde o evento do conflito e o envio de tropas brasileiras se dispersavam nos eventos cotidianos, conduzidos pelo tempo rápido das grandes cidades.

Segundo Rosenheck (2008), a “paisagem cívica” brasileira é bem representativa, mesmo diante da constatação de que o país não tem memória e nem identidade. Contudo, o autor mostra que a memória desse evento não valoriza a FEB enquanto categoria social, mas a imagem do poder da Força Armada Brasileira. Monumentos esses que se encontram distribuídos estrategicamente pelos espaços urbanos (praças), mas que não despertam sentimentos na população que transita por esses espaços, sendo então pouco expressivos socialmente. Além disso, pouquíssima, ou nenhuma referência foi encontrada pelo autor, nos textos das Forças Armadas, que reverenciasse ou valorizasse a categoria da FEB. Em suas conclusões Rosenheck (2008) defende que os trabalhos de pesquisas e as análises sobre o patrimônio cultural militar brasileiro devem expandir geograficamente, especialmente com relação ao papel da FEB, saindo do eixo das capitais, pois os trabalhos do interior do país baseiam-se quase que na sua totalidade em perspectivas e memórias pessoais retiradas de histórias orais, revelando novos pontos de vistas sobre esse fato histórico e enriquecendo não só a história local, mas as pesquisas de cunho social nacional.

Nessa perspectiva interiorana, Andrade e Coloda (2012) realizaram um trabalho geográfico sobre a distribuição dos monumentos militares na cidade de Ponta Grossa - PR, afirmando que há uma distribuição em forma de cinturão estratégico de defesa, e que esses monumentos, bem como a nomenclatura de ruas, escolas, praças e bairros referentes à força militar são elementos presentes na memória social e constituem, juntamente com demais elementos históricos locais, uma identidade militar. Outra constatação mostra que o descaso do poder público brasileiro com o reconhecimento, a valorização, a proteção e a preservação do patrimônio cultural é a principal característica da realidade do cenário patrimonial cultural brasileiro, e isso não é diferente com os monumentos cívicos que apresentam depredações, pichações, abandono e falta de uso.

Mas, mesmo tendo uma forte representação de monumentos ligados à FEB, distribuídos por grande parte do território, o Brasil não tem espaços de cemitério destinados aos ex-combatentes. O que se encontra são somente placas com nomes, bustos e monumentos em espaços públicos citando um ou outro nome de alta patente, ou referindo-se a categorias de modo geral. Contudo, quando as ações saem da alçada do Estado, outras formas de valorização da categoria aparecem, ampliando o leque de entendimento sobre seus feitos. Nesse contexto encontram-se exemplos de ex-combatentes ainda vivos ou ainda ligados às cidades pequenas interioranas. Sobre isso Rosenheck (2008, p. 12) cita o estudo de Mauad, Nunes e Almog, os quais mostram que a maioria dos monumentos

brasileiros à FEB não homenageia os mortos, mas os vivos, ou mais precisamente, os expedicionários que saíram dos municípios para lutar.

Com relação ao patrimônio relacionado à FEB, são comuns os monumentos com nomes dos soldados mortos em espaços geralmente chamados de Panteões de Heróis, mas não se encontra espaço com nomes dos ex-combatentes ainda vivos. A esse respeito, observa-se o “Monumento aos Mortos da FEB”, projetado pelos arquitetos Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Neto, esculpido por Alfredo Ceschiatti, e pintado por Anísio Medeiros. O Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial foi erguido no Rio de Janeiro, no Aterro da Glória, em 24 de junho de 1960; ocupa uma área de 6.850 m² e desenvolve-se em três planos: subsolo, patamar e plataforma, além do lago e da escadaria. No subsolo, funcionava a antecâmara, a câmara, as dependências para a administração e as acomodações para a guarda permanente. Há também uma câmara fúnebre que contém 468 jazigos de mármore preto, com tampas de mármore Carrara, “gravados nela nome, graduação ou posto, unidade, data de nascimento e morte” do ex-combatente. Quinze jazigos não possuem nomes porque se referem a soldados desaparecidos e mortos não identificados, nos quais consta a seguinte frase: “Aqui jaz um herói da FEB — Deus sabe o nome”. Na parede, estão gravados os nomes dos 800 homens das Marinhas de Guerra e Mercante, dos militares do Exército mortos nos torpedeamentos e dos combatentes não identificados. No patamar, há um museu com peças relacionadas às operações de guerra e um jardim interior. Na entrada do subsolo, há painéis que representam a vida e a luta no mar, além dos nomes dos navios torpedeados. Na plataforma, a 3,50 m do solo está o pórtico de 31 metros de altura representando soldados das três Forças Armadas. Nesse espaço, encontram-se restos mortais de vários pracinhas vindos do Cemitério de Pistóia – Itália.



Figura 1: Construção do Monumento aos Mortos da FEB (RJ).

Fonte: Disponível em < <http://segundaguerra.net/feb-o-retorno-dos-pracinhas-ao-brasil/>>, 1963.



Figura 2: Pórtico representando as três Forças Armadas.


Fonte: Disponível em < <http://segundaguerra.net/feb-o-retorno-dos-pracinhas-ao-brasil/>>






Figura 3: Painel representando a vida no mar

Fonte: Disponível em < <http://segundaguerra.net/feb-o-retorno-dos-pracinhas-ao-brasil/>>

Praças, bustos e placas com nomes de soldados são os elementos mais comuns presentes nas cidades de onde saiu algum integrante da FAB. É comum em cidades que reconhecem seus ex-combatentes haver espaços de memória, cerimônias de entrega de medalhas de reconhecimento aos pracinhas ainda vivos ou a suas famílias. Outros símbolos ligados à FEB, tais como a insígnia “A cobra vai fumar”, sobretudo as medalhas, são os mais comuns de identificação nos espaços representativos da FEB.

NOME E DESTINAÇÃO	FOTOGRAFIAS
<p>A <i>Medalha de Guerra</i> é destinada a premiar os oficiais da ativa, da reserva e reformados, e civis que tenham prestado serviços relevantes, de qualquer natureza, referentes ao esforço de guerra, preparo de tropa ou desempenho de missões especiais confiadas pelo governo dentro ou fora do país.</p>	

<p>A <i>Medalha de Campanha</i> será conferida aos militares da ativa, da reserva e assemelhados que participaram de operações de guerra, sem nota desabonadora.</p>	
<p>A <i>Cruz de Combate</i> é destinada aos militares que se distinguirem em ação, sendo:</p> <p>a) <i>1ª classe</i> - para todos que praticarem atos de bravura ou revelarem espírito de sacrifício no desempenho de missões em combate. Essa medalha poderá ser conferida a Unidades que se destacarem na luta.</p>	
<p>b) <i>2ª classe</i> - aos participantes de feitos excepcionais praticados em conjunto por vários militares.*</p>	



Quadro 3: Medalhas de condecoração da FEB

Fonte: Acervo do Museu do Expedicionário/PR

Fotos: KUGLER, R., 2016.

Foto:* retirada da *internet* (não encontrada no museu)

Org: CALISKEVSTZ, V.

Dessa forma, essas constatações podem justificar a memória cívica ainda viva nas cidades, especialmente as localizadas no interior dos Estados. Diante dessa questão, alguns exemplos podem ser abordados, os quais são identificados e organizados por pesquisadores ou admiradores da história da FEB, oficiais das forças armadas, familiares e até mesmo os próprios ex-combatentes. Cidades em que ainda há pracinhas vivos, a representatividade dessa categoria se faz presente em grande parcela da população, que sempre relaciona esses senhores ao evento da 2ª Guerra Mundial, conhecem suas histórias, onde moram e suas famílias. A frase: “aqui todos conhecem” é sempre citada.

Conclusões

A sociedade constrói seus espaços pela (rel)ação que exerce com o ambiente por meio das representações que dão sentido a essas ações. Esses espaços são formados por subjetividades (sentido/ideias) que materializam formas/objetos (casas, prédios, estradas, monumentos, tradições, manifestações – culturais em geral) que serão incorporadas pelo social mediante a relação entre social (cultural) e ambiente (natural), dando início a um processo de troca simbólica, resultando em cultura e moldando o espaço. Essas trocas colaboram com a construção, afirmação e embates de identidades, processo esse comum a toda forma de cultura. Assim, todo patrimônio cultural é materializado num determinado espaço e tempo, e produz sentido aos indivíduos ou grupos sociais a partir do momento que

essa materialidade desperta um sentimento de representatividade e pertencimento (social ↔ espaço), ou seja, um “[...] ato de inscrição do sentido no espaço [...]” (SAHR, 2007, p. 62). Dessa forma, como coloca Sahr (2007, p. 63) “[...] as interpretações (sentidos) dos signos reproduzem no espaço uma grande variabilidade de intenções e objetos existentes na sociedade.”

Dessa maneira, os feitos e sentimentos da história da FEB materializaram-se na forma de um conjunto cultural representado por um sistema de linguagem: discursos, ritos, imagens, textos, monumentos, espaços de memória e objetos, construídos (num determinado tempo) e transferidos (pelo tempo/espaço, por várias gerações), num processo de troca, aos demais membros da sociedade, que tomaram a decisão de adotá-los em maior ou menor escala, mas nunca os negando como verdades, pois somente no processo de aceitação e troca é que os indivíduos conseguem ler, decodificar e interpretar os signos, adotando-os por meio de seu sentir, como pertencentes a eles. Todo esse conjunto cultural da FEB representa as ideias, os sentimentos e conceitos de nacionalismo, que um dia foi construído e implantado na estrutura social brasileira.

O culto aos símbolos nacionais e a seus heróis foi a materialização da construção das identidades nacionais. A comunidade imaginada da FEB é um exemplo desse processo histórico. Sua construção se deu além das decisões do Estado brasileiro, pautada em interesses próprios e internacionais, que obrigou o país a posicionar-se diante do conflito colocando no campo de batalha, milhares de soldados, dos quais muitos sem nenhuma experiência militar, lutaram e morreram para defender ideias nacionalistas que futuramente iriam renegá-los e abandoná-los à própria sorte. A categoria foi construída por discursos e extinta por receio político. Foi recebida com festa e abandonada sem direitos, tudo num curto espaço de tempo. Contudo, a situação de abandono serviu de combustível para inúmeras manifestações de jornais, associações e familiares que, de início, ou seja, recentemente após o fim do conflito, lutavam pela reintegração desses milhares de soldados em um país que rapidamente esqueceu-se de seus feitos. Posteriormente, essas reivindicações passaram a ganhar novos sentidos, materializando-se em simbolismos. em diferentes espaços, na busca por manter viva e compartilhar com as gerações que se seguiram, a memória desse fato histórico negligenciado pelo Estado em todas as suas instâncias.

Assim, o presente artigo buscou demonstrar breves discussões sobre a categoria social da FEB e a materialidade de seus elementos simbólicos, representados por acervos patrimoniais e monumentos que se encontram espalhados pelo território brasileiro. Sobre essa questão, Choay (2001, p. 24) afirma que está havendo uma diminuição do culto aos monumentos e símbolos ligados aos heróis nacionais, ou um esquecimento dessa

construção histórica. Essa afirmação se faz presente no discurso sobre a categoria de Expedicionários Brasileiros que lutaram na 2ª Guerra Mundial. Para uma comunidade imaginada, o que é de interesse de uma minoria dominante é de interesse de todos, especialmente quando os sacrifícios estão relacionados à pureza e à honra da fatalidade. “Morrer pela pátria, assume uma grandeza moral que não se compara a nenhuma outra forma de instituição. Morrer pela pátria-mãe adquire uma aura de pureza e desprendimento.” (ANDERSON, 2008, p. 203).

Recebido em: 21/02/2017

Aprovado em: 13/02/2018

NOTAS

¹ A classificação de patrimônio imaterial ou intangível passou a ser discutida pela UNESCO somente no ano de 2006, na chamada “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, relacionada à cultura popular dos países, ligada às manifestações artísticas, em especial de comunidades tidas como tradicionais, objetivando o respeito e a preservação dos valores culturais bem como sua reprodução no cotidiano social.

² Levam-se em conta as diversidades dos grupos culturais, suas características particulares que simbolizam resistência aos processos de dominação da hegemonia. Contudo, o foco de análise aqui é exatamente o processo simbólico das identidades nacionais, com suas características generalizadoras.

³ Início do texto “A posição do patriota” do Jornal *Cruzeiro do Sul*, Ano 2, Nº 8, abril de 1950. Acervo de jornais do Museu do Expedicionário - Curitiba (PR).

⁴ Texto de anais de eventos, sem data, disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos_Completos/Marcio_Silva.pdf.

⁵ Doutorando pelo Departamento de História de *Emory University*, EUA.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Bianca de; COLODA, Thiago Alberto. *Patrimônio cultural militar da cidade de Ponta Grossa – PR*. (TCC – Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Geografia / UEPG: Ponta Grossa, 2012.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad.: Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CHAUÍ, Marilene. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Trad.: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós Modernidade*. Trad.: De Tomaz Tadeu da Silva. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWN, Eric.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad.: Celina Cardim Cavalcante. 4ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1997.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, . Dennison de. Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - SA/LPE (1946-1960). *Revista Militares e Política*, nº 09, Rio de Janeiro (jul. – dez. 2011), p. 8-23.

ORWIG, Chris. *A luta criativa: dê o melhor de si e tenha a vida que sempre sonhou*. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2016. 288p.

ROSENHECK, Uri. *Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos*. *Revista Militares e Política*, Rio de Janeiro, nº 03 - (julho-dezembro 2008), p. 7-16.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. 6ªed. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SILVA, Márcio Aparecido Pinheiro. *Os Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: História, Memória e Patrimônio no Estado de Mato Grosso do Sul*. 2012. Artigo disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos_Completos/Marcio_Silva.pdf. Acesso em: 06 fev. 2014.